

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Senhores Conselheiros e Administradores da
FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO (FHMSC)
Rua Manoel Pereira Pinto, nº 300, Vila Rica
Aracruz - Es
Cep. 29.194-129

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO (FHMSC)**, doravante denominada “FHMSC” ou “Fundação”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO (FHMSC)**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, consubstanciadas na Norma Brasileira de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1) e nas normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities - IFRS for SMEs, emitidas pelo “International Accounting Standards Boards – IASB”.

Base para opinião com ressalva

Os bens integrantes do ativo imobilizado não foram submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*), conforme requer a norma contábil NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e a Seção 27, da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. De acordo com informação obtida da administração da Fundação, tal procedimento não foi adotado pelo fato de que aludidos bens estão em vias de serem inventariados para, posteriormente, serem submetidos ao mencionado teste de recuperabilidade. Dessa forma, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente que nos permitisse avaliar se o saldo de R\$ 27.725.795 do ativo imobilizado estava registrado nas demonstrações contábeis por valor superior ou não ao passível de recuperação pelo uso ou venda, bem como, se as despesas com depreciação estavam adequadamente apresentadas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 13, a qual menciona que a Fundação é parte em demandas judiciais nas esferas trabalhista e cível, totalizando os valores em risco de R\$ 150.000 e R\$ 972.560, respectivamente, que de acordo com opinião dos seus assessores jurídicos, o prognóstico estimado para o desfecho dos assuntos discutidos é considerado como de possível perda, circunstância que não requer o reconhecimento contábil, mas apenas a sua divulgação. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores são apresentados para fins comparativos, também foram examinadas por nós, sendo que em 25 de abril de 2024 emitimos relatório contendo a mesma ressalva citada no presente relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”) e Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidade sem Finalidade de Lucros”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre

detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 30 de abril de 2025.

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S
CRC-ES 002282/O

Ideraldo Luiz A. de Moraes
Contador
CRC-ES 009503/O-0



Demonstrações contábeis auditadas
FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em reais (R\$)

ATIVO	Nota	2024	2023
Ativo Circulante		13.970.836	6.035.076
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.186.261	1.611.615
Contas a Receber	4	8.362.543	3.248.268
Estoques	5	1.298.701	901.422
Adiantamentos a funcionários	6	973.295	212.945
Outros créditos		149.226	60.623
Despesas de exercício seguinte	7	810	203
Ativo Não Circulante		28.519.289	27.541.898
Realizável a longo prazo		6.250	25.352
Despesas de exercício seguinte	7		
Depósitos judiciais		6.250	25.352
Outros Créditos	8	265.000	265.000
Investimentos	9	79.239	63.070
Imobilizado	10	27.725.795	27.002.746
Intangível	10	443.006	185.730
TOTAL DO ATIVO		42.490.125	33.576.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CNPJ 27.108.380/0001-39 | TEL: (27) 3256-9700 / (27) 3256-9773 |
EMAIL: hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br

PASSIVO	Nota	2024	2023
Passivo Circulante		23.208.106	22.100.324
Fornecedores	11	2.838.861	2.854.352
Obrigações trabalhistas e sociais	12	3.964.618	2.667.401
Obrigações Tributárias		267.179	288.603
Serviços pessoa física e jurídica a pagar	13	4.859.714	6.194.555
Recursos de Convênios Subvenção	14	4.229.075	3.205.835
Empréstimos e financiamentos	15	1.412.817	4.929.948
Adiantamentos de Clientes		1.209.140	977.045
Contas a pagar		4.426.701	982.585
Passivo Não Circulante		13.966.694	10.702.914
Empréstimos e financiamentos	15	11.741.750	7.813.360
Provisão Contigência	16	2.224.944	2.889.555
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	5.315.326	773.735
Patrimônio Social		773.736	541.032
Superávit/Déficit Exercício		4.541.590	232.703
TOTAL DO PASSIVO		42.490.125	33.576.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CNPJ 27.108.380/0001-39 | TEL: (27) 3256-9700 / (27) 3256-9773 |
EMAIL: hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br

FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais (R\$)

RECEITAS	2024	2023
Cientes Particulares	970.259	732.135
Recurso Municipal (Contratualização)	54.152.605	38.148.302
Recurso Estadual (SESA - UTI)	2.179.920	4.756.738
Convênios Planos de Saúde	15.251.006	12.173.994
Outras Receitas Operacionais	7.744.389	10.080.105
Glosas e Contestações	(613.991)	(1.053.543)
	79.684.187	64.837.729
Custos/Despesas Operacionais	(72.161.687)	(61.592.789)
Despesas com Pessoal	(17.461.989)	(15.491.012)
Despesas Serviços de Terceiros	(34.748.686)	(29.770.080)
Materiais e Medicamentos	(12.943.472)	(8.501.623)
Despesas Gerais	(2.178.946)	(4.489.672)
Depreciação/Amortização	(2.435.069)	(2.298.597)
Outras Despesas Operacionais	(2.393.526)	(1.041.805)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	7.522.500	3.244.940
Receitas Financeiras	188.653	259.378
Despesas Financeiras	(3.169.563)	(3.271.615)
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	4.541.590	232.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CNPJ 27.108.380/0001-39 | TEL: (27) 3256-9700 / (27) 3256-9773 |
EMAIL: hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br

FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em reais (R\$)

	Patrimônio Social	Superávit/Déficit do exercício	Total do Patrimônio Social
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>3.043.149</u>	<u>(2.502.117)</u>	<u>541.032</u>
Transferência p/ Patrimônio Social			
Ajustes de exercícios anteriores			-
Superávit do exercício		232.703	232.703
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>3.043.149</u>	<u>(2.269.414)</u>	<u>773.735</u>
Transferência p/ Patrimônio Social			
Ajustes de exercícios anteriores		-	-
Superávit do exercício		4.541.590	4.541.590
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>3.043.149</u>	<u>2.272.176</u>	<u>5.315.325</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais (R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2024	2023
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO PERÍODO	4.391.590	232.703
(+) Depreciação e amortização	2.435.069	2.291.357
(+) Provisão para contingências		
(+) Reversão de provisão Contas a Pagar		
(+) Reversão de provisão Contas a Receber		
Superávit/(Déficit) Ajustado	6.826.659	2.524.061
(Aumento)/redução nos ativos em:		
Contas a Receber	(5.114.275)	163.688
Estoques	(397.279)	75.064
Adiantamento a funcionários e terceiros	(760.350)	(117.045)
Outros créditos	(88.603)	(192.061)
Despesas de exercícios seguintes	(607)	211.086
Depósitos judiciais	19.102	5.000
Aumento/(redução) nos passivos em:		
Fornecedores	(15.491)	655.800
Obrigações trabalhistas e sociais	1.297.217	517.391
Obrigações fiscais	(21.423)	154.479
Contas a pagar	3.444.115	508.231
Serviços de pessoa jurídica a pagar	(1.334.841)	(2.437.382)
Adiantamentos de clientes	232.095	977.045
Recursos de Convênios em Execução	1.023.241	266.256
Provisões contingências	(514.610)	(320.357)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	4.594.949	2.991.257
Fluxos de Caixa das atividades de Investimentos		
Aquisições de imobilizado/Intangível	(3.415.394)	(1.829.951)
Baixa de ativo imobilizado/Intangível		551.409
Quotas parte de Capital do Banco Sicoob	(16.169)	(62.420)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(3.431.562)	(1.340.962)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimo e financiamento	411.260	(674.306)
Empréstimos e financiamentos LP		
Caixa líquido proveniente (consumido nas) das atividades de financiamento	411.260	(674.306)
(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalente de caixa	1.574.646	975.989
Demonstração da (redução)/aumento de caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.611.615	635.626
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.186.261	1.611.615
(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalente de caixa	1.574.646	975.989



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

Notas explicativas às demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais (R\$)

1. Contexto operacional

A entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado e foi constituída em 15 de abril de 1967, com sede própria na Rua Manoel Pereira Pinto, nº 300, Vila Rica, na cidade de Aracruz, Espírito Santo.

Seu objetivo social é o atendimento médico hospitalar à comunidade, sem distinção de cor, sexo, idade, raça, profissão, nacionalidade, estado civil, credo religioso ou político e condição econômico-social, através das fontes de recursos tais como: SUS, Clientes Particulares, Convênios de Saúde.

A entidade possui patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, sendo a sua utilidade pública, devidamente reconhecida pelos poderes públicos.

A emissão das demonstrações foi autorizada pelo Conselho de Curador em 30 de abril de 2024.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas *parcialmente* de acordo com a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correspondente ao CPC PME (R1), aplicável às entidades sem finalidade de lucros. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à entidade consiste na mencionada NBC TG 1000 (R1), em conjunto com a Interpretação Técnica Geral ITG 2002(R1) – Entidades sem fins lucrativos.

Tais resoluções estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas da entidade sem finalidade de lucros.

2.2. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

(a) Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios significativos inerentes ao serviço são transferidos para o adquirente. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização.

As receitas provenientes de recursos públicos, inclusive de emendas parlamentares, destinados a investimentos não transitam pelas contas de resultado.



(b) Instrumentos financeiros

A entidade adotou as disposições da Seção 11 da NBC TG 1000(R1) para fins de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela entidade são: caixa e equivalentes de caixa, faturamentos e créditos a receber, contas a pagar a fornecedores e salários e encargos sociais. Tais instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado considerando, quando aplicável, a taxa efetiva de juros.

(c) Ativo circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido quando se trata de recurso controlado pela entidade, decorrente de eventos passados e do qual se estima que resultem benefícios econômicos futuros.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro, em espécie, mantido na entidade e saldos de contas bancárias de livre movimentação.

O faturamento a receber a receber são apresentados pelos valores líquidos de perdas previstas em sua realização, fundamentadas na análise individual da situação de cada contrato, conjugada com a avaliação dos consultores jurídicos da entidade acerca da possibilidade de realização dos créditos, quando aplicável.

Os depósitos judiciais representam recursos vinculados a ações em curso, podendo ter sido efetuados por determinação do respectivo juízo em garantia de futura execução e/ou como garantia para apresentação de recurso a instância superior. Tais valores encontram-se depositados em contas de poupança, porém o respectivo rendimento não é reconhecido contabilmente uma vez que, no deslinde do feito, o correspondente depósito pode ser consignado à parte adversa.

As apurações apresentadas são resultados dos custos de aquisições, deduzidos das cotas de depreciações. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil dos bens. As taxas de depreciações são as seguintes:

Discriminação	Taxa a.a.
Prédios e Edificações	4%
Móveis e Utensílios, Instrumental Técnico Cirúrgico e Laboratorial	10%
Equipamentos de Comunicação, Máquinas e Motores, Ferramentas e Instalações	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	20%

Quanto ao Intangível as apurações apresentadas são resultados dos custos de aquisições, deduzidos das cotas de amortizações. As amortizações são calculadas com base em taxas que levam em consideração a vida útil, que neste caso é de 5 (cinco) anos, portanto a taxa de amortização é de 20%.

(d) Passivo circulante e não circulante

Um passivo é reconhecido quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída decorrente de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para a sua liquidação.

As provisões são registradas tendo por base as melhores estimativas da administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.



Os demais passivos são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(e) Regime especial de tributação

A Entidade está imune do pagamento de impostos e contribuições em decorrência de sua atividade notoriamente filantrópica, reconhecida através do Certificado mencionado na Nota 1, por atender aos requisitos contidos na Lei 12.101/09, Lei Complementar nº 187/21, do Decreto nº 7.237/10, e Portaria nº 3.355/10, assim como na alínea “c”, item VI, art. 150, da Constituição Federal, e também, alínea “c”, do item IV, art.9º, do Código Tributário Nacional.

(f) Doações e subvenções

As doações e subvenções recebidas exclusivamente para investimento não são reconhecidas como receita no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. Entretanto, para as doações e incentivos destinados para custeio, esses são reconhecidos no resultado.

(g) Provisões para ações cíveis e trabalhistas

A Entidade é parte em processos judiciais. As provisões são constituídas para todas as ações cíveis e trabalhistas para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Caixa	12.818	9.726
Bancos conta correntes (sem restrição)	1	614
Bancos conta correntes (com restrição)	439.503	10
Aplicações financeiras (sem restrição)	389.885	205.937
Aplicações financeiras (com restrição)	2.344.053	1.395.328
	3.186.261	1.611.615

**4. Contas a Receber**

	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Clientes particulares	138.852	82.139
Plano de Saúde - UNIMED	2.249.125	1.025.336
Plano de Saúde - GOLDEN CROSS	273	396
Plano de Saúde - SAMP	2.304.619	837.012
Plano de Saúde - BANESCAIXA	72.000	
Plano de Saúde - BRADESCO	181.678	150.571
Plano de Saúde - SAÚDE CAIXA	7.710	4.529
Plano de Saúde - PETROBRÁS	16.388	8.939
Plano de Saúde - São Bernardo Saúde	825.226	525.808
Plano de Saúde - C.V.R.D. (PASA)	152.466	135.583
Plano de Saúde - MEDSENIOR	567.950	64.007
Plano de Saúde - AMIL	22.833	10.212
Plano de Saúde - POSTAL SAÚDE	3.660	18.588
Contratualização - Recurso Municipal	3.484.152	2.094.880
Outros Convênios	103.505	56.766
(-) Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	-1.767.891	-1.766.499
	8.362.544	3.248.267

PECLD – Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – São representados por valores a receber, cujos vencimentos ultrapassam mais de 06 (seis) meses. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 contemplam perdas na realização de créditos de R\$ 1.767.891 (2023: R\$ 1.766.499), referente a Recursos de Glosas e outros clientes que receberam a prestação dos serviços médicos e ambulatoriais.

5. Estoques

Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Estoques	1.298.701	901.422
	1.298.701	901.422



6. Adiantamentos a funcionários e terceiros

	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Antecipações de salários	2.917	
Antecipações de Viagens	2.000	
Antecipações de férias	151.408	106.403
Adiantº a funcionários (farmácia)	3.029	2.427
Adiantº de piso enfermagem	813.941	104.115
	973.295	212.945

7. Despesas do exercício seguinte

Representada, basicamente, por assinaturas e anuidade, juros pagos antecipadamente que são diferidas pelos prazos dos contratos ou documentos hábeis. Representam valores cujos benefícios serão usufruídos também no decorrer do exercício seguinte, respeitando o princípio da competência.

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	810	203			810	203
Saldo	810	203	-	-	810	203

8. Imobilizado e Intangível

8.1. Imobilizado

	Taxa de depreciação (a.a.)	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Total	
		Posição em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Posição em 31/12/2024	
Custo							
Terreno		167.689				167.689	
Edificações	4%	14.993.137				14.993.137	
Equipamentos de processamento de dados	20%	936.224	208.840			1.145.063	
Móveis e utensílios	10%	3.605.462	337.976			3.943.438	
Inst. Técnico cirúrgico e laboratório	10%	13.985.704	445.251			14.430.954	
Equipamento de comunicação	10%	22.481				22.481	
Máquinas, motores e ferramentas	10%	1.467.284	37.909			1.505.193	
Instalações	10%	931.172				931.172	
Linhas telefônicas	10%	0				0	
Software	20%	0				0	
Imobilizado em andamento		2.544.639	2.119.171			4.663.810	
Total		38.653.791	3.149.147	0	0	41.802.938	
(-) Prédios e Edificações		4.892.274	323.309			5.215.583	
(-) Equip. de Proc. De Dados		302.084	77.577			379.661	
(-) Móveis e Utensílios		1.163.345	189.979			1.353.324	
(-) Instrumental Cirúrgico		4.512.199	1.734.273			6.246.472	
(-) Equipamento de Comunicação		7.254	1.140			8.394	
(-) Máquinas e Equipamentos		473.437	72.243			545.680	
(-) Instalações		300.454	27.576			328.030	
Total		11.651.046	2.426.097	0	0	14.077.143	
						0	
Saldo do imobilizado		27.002.745	723.049	0	0	27.725.795	



8.2. Intangível

Custo	Taxa de amortização	Posição em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Posição em 31/12/2024
	(a.a.)					
Software	20%	89.711	15.987			105.698
Software em andamento		154.000	250.260			404.260
(-) Amortização acumulada		-57.981	-8.971			-66.952
Saldo do intangível		185.730	257.276	0		443.006

9. Fornecedores

Refere-se às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes. A liquidação de tais obrigações está escalonada para o curto prazo.

10. Obrigações trabalhistas e sociais

	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Contribuição sindical a recolher	3.002	1.741
IRRF a Recolher	177.165	157.296
Ordenados e salários a pagar	1.600.501	796.710
INSS a Recolher	200.391	134.331
FGTS a Recolher	221.298	128.624
Pensão alimentícia / ordem judicial	-	660
Rescisões a pagar	21.263	5.991
Provisões trabalhistas	1.740.997	1.442.047
	3.964.618	2.667.400

11. Recursos de convênios em execução

Os contratos públicos de gestão são reconhecidos no ativo em contrapartida do passivo. São realizados no ativo quando de seu recebimento e liquidados do passivo quando da execução dos serviços prestados, gerando assim, despesas e receitas correspondentes, conforme preconiza as normas brasileiras de contabilidade e técnicas gerais 07 (R2) – subvenção e assistência governamental.



FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CNPJ 27.108.380/0001-39 | TEL: (27) 3256-9700 / (27) 3256-9773 |
EMAIL: hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br

SÃO CAMILO

	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
SICONV - Conv. nº 879365/2018	115.230	130.495
SICONV - Conv. nº 888569/2019	197.816	223.841
SICONV - Conv. nº 885508/2019	171.234	188.030
SICONV - Conv. nº 875995/2018	13.353	13.353
SICONV - Conv. nº 900880/2020	69.620	81.234
SESA Equip. - Termo de Fomento nº 9051/2021	1.561.649	1.674.931
SEMSA Custeio (Banestes 34.230.748)	-	19.715
SICONV - Conv. Nº 922295/2021	440.009	503.083
SICONV - Conv. Nº 879093/2022	1.147.044	371.152
Sesa Termo de Fomento nº 045.2024	493.053	
SICONV - Conv. nº 889850/2024	20.068	
	4.229.075	3.205.834

12. Empréstimos e Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subseqüentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	1.412.817	4.929.948	11.741.750	7.813.360	13.154.567	12.743.307
Saldo	1.412.817	4.929.948	11.741.750	7.813.360	13.154.567	12.743.307

13. Provisões para ações cíveis e trabalhistas

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade de provisão para as perdas em processos avaliadas como prováveis.

	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Provisão sobre passivos contingentes trabalhistas	1.466.405	2.131.016
Provisão sobre passivos contingentes cíveis	758.539	758.539
	2.224.944	2.889.555



Riscos avaliados como possíveis

O valor das contingências de natureza trabalhista consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade representa o montante de R\$ 150.000 em 2024 (R\$ 1.275.925 em 2023) e para as contingências de natureza cível os riscos estão estimados como perda possível no montante de R\$ 972.560 em 2024 (R\$ 1.092.560 em 2023). Os processos classificados como perda possível não estão provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

14. Patrimônio Líquido

	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Patrimonio Social	773.735	541.032
Superávit (Déficit) do exercício	4.391.590	232.703
	5.165.325	773.735

- Patrimônio social – O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos objetivos sociais da Entidade e formado pelo superavit e/ou deficits acumulados.
- Superávit - Superávit ou Déficit do Exercício, valor a ser incorporado ao patrimônio social, logo após a aprovação de contas da assembléia.

Nos termos da legislação tributária e previdenciária, os superávits devem ser aplicados integralmente na aquisição de bens do ativo imobilizado relacionados com suas operações sociais, sendo admitidas as aplicações financeiras desses recursos enquanto não realizadas essas aquisições.

15. Reconhecimento oficial de entidade beneficente da assistência social

A Entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), regulamentada pela lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que revogou a lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

A Fundação teve seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) **renovado** para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, reconhecida através da Portaria nº 168, de 25 de fevereiro de 2021.

A Entidade protocolou junto ao órgão DCEBAS/SAS/MS o requerimento de renovação, em 21/05/2024, registrado pelo SEI nº 25000.074169/2024-11 ao qual se encontra pendente de julgamento, aguardando reanálise, momento em que será analisado a resposta da diligência.

Ainda o órgão competente esclarece que o § 1º do artigo 37, da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2021, prevê que “§ 1º Ser^á considerado tempestivo o requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação”, e o §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, estabelece que “§ 2º A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”..



16. Trabalho voluntário

Os itens 19 e 24 da ITG 2002(R1), determinam que o trabalho voluntário prestado à entidade, inclusive pelos membros que integram voluntariamente os órgãos da administração, no exercício das funções de gestão da Fundação, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, como se houvesse ocorrido o desembolso financeiro.

Entidade reconhece o trabalho dos referidos Conselhos como se o desembolso financeiro tivesse ocorrido, e uma respectiva doação, tendo-se então uma Receita e Despesa relativa aos trabalhos voluntários em mesmo montante. O mesmo tratamento é dado aos outros voluntários. Os valores são mensurados ao seu valor justo (valores de mercado). Para o ano de 2024, foi suspenso os trabalhos voluntários, devido uma reestruturação na Entidade.

Os valores mensurados e registrados não foram desembolsados financeiramente pela Entidade, sendo reconhecidos simultaneamente como Receita e Despesa, no Resultado de cada exercício, conforme determina a ITG 2002 (R1), sem efeitos no Superávit/Déficit do Exercício.

17. Renúncia Fiscal

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Fundação goza de imunidade quanto ao pagamento dos impostos federais, estaduais e municipais incidentes sobre seu patrimônio, renda ou serviços, nos termos do Art. 150 da Constituição Federal, art. 9º do Código Tributário Nacional e arts. 181 do Decreto nº 9.580/2018 – Regulamento do Imposto de Renda. Tal imunidade também alcança a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social de que tratam os Arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212/1991. Em relação ao PIS, a Fundação está isenta ao seu pagamento sobre a folha de salários. Atendendo a disposição do item 27 (c) da ITG 2002(R1).

A isenção do Imposto sobre a renda está regulada pelo artigo 182 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9.580/2018).

O custo da isenção das contribuições sociais usufruídas pela Entidade no ano de 2024 foi de aproximadamente R\$ 6.131.458 (R\$ 5.077.814 em 2023), sendo R\$ 2.649.259 de INSS quota patronal em 2024 (2.236.019 em 2023), R\$ 2.390.526 de COFINS em 2024 (R\$ 1.945.132 em 2023), R\$ 517.947 de PIS em 2024 (R\$ 421.445 em 2023), R\$ 573.726 de Contribuição Social em 2024 (R\$ 475.218 em 2023).

18. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.



FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CNPJ 27.108.380/0001-39 | TEL: (27) 3256-9700 / (27) 3256-9773 |
EMAIL: hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br

SÃO CAMILO

19. Benefícios a empregados

O número de empregados da Entidade existente em 31 de dezembro e respectivos benefícios são os seguintes:

Nº de Empregados	523	369
Salários e Ordenados a Pagar	1.600.501	667.476
Férias a Pagar	151.408	176.905
FGTS a Pagar	221.298	114.835
	1.973.208	959.216

20. Resultados Sociais

Conforme requisitos dispostos na Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, especificamente, na seção I, art.4º, a Entidade ofereceu a prestação de seus serviços ao SUS (Sistema Único de Saúde) em números e percentuais a seguir:

Demonstrativo do cálculo do somatório dos serviços hospitalares e ambulatoriais

RELAÇÃO DE SERVIÇOS	UNIDADE	CONVÊNIO	2024	2023	% SUS
DIÁRIAS DE PACIENTES EM APTOS/ENFERMARIAS	PACIENTE DIA	SUS	32.157	23.198	87%
		CONVÊNIOS/PARTICULAR	4.942	5.082	13%
		TOTAL	37.099	28.280	100%
NÚMEROS DE PACIENTES INTERNADOS	PACIENTES	SUS	6.461	5.423	75%
		CONVÊNIOS/PARTICULAR	2.209	2.034	25%
		TOTAL	8.670	7.457	100%
SERVIÇOS AMBULATORIAIS	EXAME	SUS	22.808	20.390	24%
		CONVÊNIOS/PARTICULAR	70.800	55.623	76%
		TOTAL	93.608	76.013	100%

FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO	FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO
RUBENS FELIX	CONTADORA: MARCELA P. G. MARQUES MOÇO
CPF: 002.609768-06	CPF: 069.143.047-00
SUPERINTENDENTE EXECUTIVO	CRC: ES-013847-O